

## **ATA NÚMERO DOIS**

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE TAVIRA, REALIZADA NO  
DIA VINTE E NOVE DE ABRIL DO ANO  
DOIS MIL E TREZE \_\_\_\_\_

----Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano dois mil e treze reuniu, na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Tavira, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal; \_\_\_\_\_
2. Apreciação do Relatório de Gestão e Contas relativo ao exercício de 2012 da EMPET – Empresa de Parques Empresariais de Tavira, E.M.; \_\_\_\_\_
3. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 43/2013/CM, referente à Alienação da participação social na Globalgarve – Cooperação e Desenvolvimento, S.A.; \_\_\_\_\_
4. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 44/2013/CM, referente à Alienação da participação social na Municípia – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M. S.A.; \_\_\_\_\_
5. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 45/2013/CM, referente à Alteração dos Estatutos da TaviraVerde – Empresa Municipal de Ambiente E.M.; \_\_\_\_\_
6. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 46/2013/CM, referente à Alteração dos Estatutos da EMPET – Empresa Municipal e Parques Empresariais de Tavira, E.M.; \_\_\_\_\_
7. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 50/2013/CM, referente à Prestação de Contas de 2012; \_\_\_\_\_
8. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 51/2013/CM, referente à 1ª. Revisão ao Orçamento e às GOP de 2013; \_\_\_\_\_
9. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 52/2013/CM, referente à Alteração ao Plano de Liquidação e Pagamentos em atraso; \_\_\_\_\_
10. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 54/2013/CM, referente ao Júri para o procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais – 355-Div/13; \_\_\_\_\_
11. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 55/2013/CM, referente ao Júri para o procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de Divisão de Aprovisionamento, Trânsito e Equipamentos – 346-Div/13; \_\_\_\_\_

12. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 56/2013/CM, referente ao Júri para o procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de Divisão de Assuntos Sociais – 351-Div/13; \_\_\_\_\_

13. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 61/2013/CM, referente ao Júri para o procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de Divisão Administrativa – 349-Div/13; \_\_\_\_\_

14. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 62/2013/CM, referente ao Júri para o procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de Divisão de Ambiente, desporto e Equipamentos Desportivos – 350-Div/13. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia Municipal, José Ótilio Pires Baia, declarou aberta a sessão pelas vinte e uma horas e catorze minutos. \_\_\_\_\_

----Por o Segundo Secretário ter solicitado substituição, o Presidente da Assembleia convidou a Membro Muriel Cristina Dias para integrar a mesa da Assembleia. \_\_\_\_\_

----Pelo Presidente da Assembleia foi efetuada a chamada, tendo-se registado presentes os membros, Alberto Custódio Fernandes do Carmo, Carlos Alberto Pires Rodrigues, Carlos Manuel do Livramento Baptista, Dulce Cláudia Paixão Bernardo, Elisabete Miguel Parra Rocha, Filipe Vasques do Nascimento Neto Lopes, Hélder dos Mártires Palma da Conceição, Jaime Luís Fernandes Costa, Joaquim da Conceição Messias Santos, Jorge Francisco Silva, José Alberto Godinho Correia, José Epifânio Martins da Graça, José Flaviano da Cruz Palma, José Liberto da Conceição Graça, José Mateus Domingos Costa, José Ótilio Pires Baia, José Vitorino Rodrigues Pereira, Leonardo António Gonçalves Martins, Luís Paulo Marques, Mónica Alexandra de Miranda Ferreira Camacho, Muriel Cristina Dias, Nuno Miguel Pereira da Silva Encarnação, Rui Alexandre Ressurreição Gabriel, Sidónio Manuel Gonçalves Barão e Sílvia Alexandra Sanches Soares. \_\_\_\_\_

----Os membros Joaquim José Brandão Pires, Filipa Alexandra Costa Lourenço e Fernando Augusto Pereira solicitaram a substituição tendo sido substituídos pelos membros Ana Celina Caetano Dias, substituída por Nuno Miguel Pereira da Silva Encarnação; Aurélio de Jesus Domingos Cavaco substituído por Marcelino António Justo Teixeira, substituído por Rui Manuel Pereira António; e José Flaviano da Cruz Palma, respetivamente. \_\_\_\_\_

----O Segundo Secretário Jean-Pierre Patrick Rancher solicitou a substituição, tendo sido substituído pela Membro Mónica Alexandra de Miranda Ferreira Camacho. \_\_\_\_\_

----Os membros Vítor Manuel Rijo Faleiro e Pedro Manuel Nascimento solicitaram a substituição tendo sido substituídos por Ana Paula Nobre Galhardo substituída por Miguel Jorge de Lucas Teixeira substituído por Luís Paulo Marques; e Rui Alexandre da Ressurreição Gabriel, respetivamente. \_\_\_\_\_

----Os membros Nuno André Dias Rosa Viana, Paulo Renato Faleiro Silva, Rui Manuel Pereira António e Rui Manuel Rocha Horta faltaram à sessão. \_\_\_\_\_

----A Membro Maria Isabel Pires Cruz dos Santos entrou na sala às vinte e uma horas e dezasseis minutos. \_\_\_\_\_

----Efetuada a chamada e tendo constatado que havia vinte e seis presenças, o Presidente da Assembleia referiu que ia começar a sessão pelas reuniões de comissões realizadas desde a Assembleia Municipal anterior. Tinham-se realizado reuniões da Comissão de Toponímia onde o Membro José Alberto Correia tinha estado presente, bem como na reunião da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, pelo que lhe pedia, que transmitisse o que se tinha passado naquelas reuniões. \_\_\_\_\_

----O Membro José Alberto Correia referiu que, de facto, não tinha sido uma mas três reuniões da Comissão de Toponímia onde tinha sido deliberada a atribuição de topónimos no Concelho, nomeadamente na Freguesia de Cabanas cujo assunto tinham vindo a tratar, tendo o processo decorrido dentro da normalidade. Tinham ainda analisado um requerimento apresentado pela Comissão de Moradores da Rua Mato Santo Espírito, remetido em junho do ano de dois mil e doze, que tinha sido considerado e tratado dentro da legalidade e normalidade, não tendo sido verificado qualquer tipo de problema sendo, por isso, um não assunto, porque o Mato Santo Espírito continuava a ser um local conhecido pelo seu nome e a atribuição de nome a uma rua, que estava na origem da polémica, não era contrária à Lei nem propriamente contra a vontade dos moradores, já que tinha resultado de uma deliberação assumida por unanimidade como já tinha sido referido anteriormente àquelas reuniões. \_\_\_\_

----Relativamente à reunião da CPCJ de Tavira, que tinha vindo a realizar um trabalho muitíssimo interessante visando contribuir para a prevenção primária no domínio dos direitos da criança, nomeadamente, do Concelho de Tavira, tinham tido a colaboração muito ativa da Comissão Alargada, pelo que, aproveitava para realçar o trabalho realizado pela Membro Muriel Dias, entre outros. Tinham-se verificado algumas ausências que lamentavam, nomeadamente a do Membro Vítor Faleiro que não tinha podido estar presente por questões de saúde, a quem estimavam as rápidas melhoras. \_\_\_\_\_

----A CPCJ tinha vindo a realizar um trabalho sistemático visando promover um projeto que pretendiam iniciar no último trimestre do ano de dois mil e treze com duração até dois mil e quinze. O projeto *“Tecer a Prevenção”* estava a ser desenvolvido com a participação de vários grupos de trabalho específicos divididos entre as questões do autodiagnóstico do funcionamento e a organização da Comissão. Era pois, importantíssimo elaborar um diagnóstico local sobre os riscos e perigos no Concelho, bem como, um plano local estratégico de prevenção e promoção dos direitos das crianças e jovens. Estavam ainda previstas, a implementação e avaliação do plano cuja apresentação ocorreria previsivelmente no dia catorze de junho seguinte, sujeita a confirmação, e que se iria realizar naquela

mesma sala da Biblioteca. Tratava-se de um plano da maior importância para o Concelho e para o bem estar dos seus cidadãos, especialmente os mais desfavorecidos ou os que careciam de um cuidado ou atenção muito especial estando, naturalmente, a referir-se às crianças e jovens em situação de risco que, felizmente, não eram muitas. \_\_\_\_\_

----Para terminar, o Membro José Alberto Correia informou que relativamente à apresentação dos resultados referentes ao ano de dois mil e doze iriam efetuar uma apresentação muito criteriosa e importante, numa altura que previam que fosse problemática no aspeto social e de proteção aos mais desfavorecidos. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia indagou se algum dos presentes pretendia colocar alguma questão ao Membro José Alberto Correia sobre a CPCJ ou toponímia. Verificando não existirem questões informou que a Assembleia Municipal tinha recebido um ofício do Partido Ecologista Os Verdes sobre o assunto da moção que ali tinha sido aprovada relativa à Lei das Finanças Locais, que continha a intervenção do Deputado José Luís Ferreira e que colocava à disposição dos membros caso pretendessem consultá-la. Acrescentou que também tinham recebido um ofício da ARS – Administração Regional de Saúde do Algarve, concretamente do seu Diretor Executivo Dr. Manuel Janeiro que consistia num agradecimento e solicitava a sua leitura naquela Assembleia, o que passava a efetuar. \_\_\_\_\_

----*“Como Diretor Executivo do Agrupamento de Centros de Saúde do Sotavento, responsável pelos serviços de saúde públicos prestados nos concelhos de Tavira, Castro Marim, Vila Real e Alcoutim, tive a oportunidade de contactar com alguns senhores presidentes de Juntas de Freguesia, dando cumprimento a uma gestão de proximidade aos cidadãos e aos seus representantes autárquicos.* \_\_\_\_\_

----*Esta minha missiva a V. Exa. tem como objetivo enaltecer o profissionalismo e a dedicação aos seus cidadãos dos senhores presidentes com quem contatei.* \_\_\_\_\_

----*Demonstrando elevado sentido do dever, colaboraram exemplarmente com este ACES, em benefício dos nossos utentes:* \_\_\_\_\_

----*O senhor presidente de Santiago, José Mateus Costa* \_\_\_\_\_

----*O senhor presidente de Santa Catarina, Leonardo António Martins* \_\_\_\_\_

----*O senhor presidente de Luz de Tavira, Jorge Francisco da Silva* \_\_\_\_\_

----*Aqui deixo este reconhecimento público que gostava que fosse lido em Assembleia Municipal e dele dado conhecimento aos elogiados.* \_\_\_\_\_

----*Com os melhores cumprimentos.* \_\_\_\_\_

----*O Diretor Executivo do ACES Algarve III – Sotavento.* \_\_\_\_\_

----*Dr. Manuel Janeiro”* \_\_\_\_\_

----Terminada a leitura indagou se haviam questões antes do período da Ordem de Trabalhos e passou a

palavra ao Membro Filipe Lopes. \_\_\_\_\_

----O Membro Filipe Lopes mencionou que apenas queria questionar sobre o último ponto da primeira página da relação da correspondência recebida, pois gostaria de obter mais informações acerca das sugestões remetidas porque o que nela constava era muito vago. Passava a citar o ponto sobre o qual pretendia informações: *“O cidadão Joaquim Sousa, natural de Tavira mas residente em Lisboa, envia sugestões para alterações na Ilha de Tavira”*, pelo que, gostava de saber que sugestões tinham sido recebidas. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia esclareceu que aquele tinha sido um correio electrónico que a Assembleia tinha recebido cujo teor não era assunto da Assembleia Municipal mas sim da Câmara Municipal, pelo que, não tendo aquela competência e as sugestões efetuadas pelo cidadão não se encaixando minimamente nas questões da Assembleia, o referido correio electrónico tinha sido reencaminhado para a Câmara Municipal. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara referiu que se o Presidente da Assembleia o permitisse, o Vereador José Manuel Guerreiro poderia efetuar a sua leitura. \_\_\_\_\_

----O Vereador José Manuel Guerreiro iniciou a leitura: *“Sou licenciado em Psicologia, tavirense e um apaixonado pela Ilha de Tavira, embora apenas anualmente tenha a disponibilidade de me deslocar a esta bela cidade. Sendo assim, venho por este meio apresentar três sugestões de aspetos que me chocam passados quase trinta anos, sempre que chega o verão:* \_\_\_\_\_

----*Um: cais da Ilha de Tavira* \_\_\_\_\_

----*Quem está na Ilha de Tavira e não sabe distinguir Quatro Águas e Tavira sofre situações embaraçosas quando passados trinta ou mais minutos descobre que está na fila errada para sair da Ilha. Não só é embaraçoso para qualquer visitante leigo como também está sujeito a ouvir comentários desnecessários ou mesmo insultos de utentes que não aceitam que as pessoas se podem enganar nas filas de embarque. A questão aqui é então de sinalizar eficaz e eficientemente a fila para as Quatro Águas e a que vai para Tavira.* \_\_\_\_\_

----*Sugestão: Os bilhetes têm cores diferentes conforme o destino, então vamos lá colocar uma placa de cor branca (Tavira) na respetiva fila com as seguintes indicações.* \_\_\_\_\_

----*Destino: Tavira* \_\_\_\_\_

----*Bilhete branco* \_\_\_\_\_

----*White ticket* \_\_\_\_\_

----*E outra cor laranja (Quatro Águas)* \_\_\_\_\_

----*Destino: Quatro Águas* \_\_\_\_\_

----*Bilhete laranja* \_\_\_\_\_

----*Orange ticket* \_\_\_\_\_

----Nota: o ideal seria ter duas placas junto ao cais e outras duas antes do cais porque em agosto as filas são extensas e as pessoas não conseguem assim escolher a fila antecipadamente. \_\_\_\_\_

----Dois: WC público \_\_\_\_\_

----É incompreensível que num espaço paradisíaco como a Ilha continuemos a ter um WC público com condições estruturais e de higiene deploráveis. Algo tem que ser feito em relação a este aspeto que nos envergonha. Levar uma criança a este espaço é um atentado à saúde pública e ano após ano tem vindo a piorar. Este é um aspeto que lamentavelmente tenho que insistir e passados tantos anos apenas com uma queixa pública iremos a algum lado. Que eu me lembre este espaço não foi alvo de qualquer intervenção nos últimos anos. \_\_\_\_\_

----Três: Bebedouro \_\_\_\_\_

----Na Ilha, o único sítio onde se pode beber água gratuitamente é no antigo bebedouro junto ao parque de campismo. Mais uma vez, as condições estruturais do mesmo não permitem as devidas condições de higiene e o acesso adequado de crianças e pessoas com mobilidade condicionada. Colocar um bebedouro novo tem custos muito baixos, acredito que é possível encontrar uma solução. \_\_\_\_\_

----A todos, espero que este olhar e estas sugestões possam fazer a diferença a quem queira preservar este espaço.” \_\_\_\_\_

----O Membro José Alberto Correia disse que gostava de se referir, em seu nome e no da bancada do PS – Partido Socialista, à Sessão Solene realizada nos Paços do Concelho, sobre o 25 de abril, cuja tradição de utilidade nunca era demais reconhecer dada a importância, a necessidade não apenas para as gerações que tinham lutado e vivido aqueles tempos difíceis, como para todos os outros que, felizmente, não tinham vivido as grandes dificuldades por que o País tinha passado no período anterior ao 25 de abril, nomeadamente alguns dos jovens ali presentes que tinham vivido sempre em liberdade mas que outros, menos jovens, não tinham dado por mal empregar o tempo que tinham dedicado à reflexão e à discussão sobre a liberdade e os valores herdados de muitos que por vezes nem eram conhecidos mas que muito tinham lutado para que, presentemente, pudesse realizar-se um debate livre e democrático. \_\_\_\_\_

----Continuou mencionando que gostaria de ter ali presente o seu colega de Assembleia, o Membro Rui Horta, que tinha proferido o discurso pelo PSD – Partido Social Democrático, para lhe dizer, embora considerasse que teria essa oportunidade, que não tinha gostado do discurso, não concordando com muito do que tinha sido dito, contudo respeitava a opinião porque se tratava de uma democracia, uma das grandes conquistas de abril, o dia que tinham comemorado e que devido ao atual Executivo tinham voltado a ter a possibilidade de o fazer nas melhores condições para o povo que os tinha eleito. \_\_\_\_\_

----Para finalizar, não querendo ser muito extensivo naquela abordagem porque não gostava de se

referir a pessoas ausentes, pensava que a sua opinião era generalizada e muito direta. Gostava que ficasse assinalado como algo de que não tinha gostado, não tinha compreendido e não conseguia entender a falta de estilo e vontade democrática de alguém que se dizia de esquerda, do facto do BE – Bloco de Esquerda não ter estado presente numa ação tão importante em que as pessoas tinham a oportunidade de defender, de lutar e de apresentar os seus ideais. O BE tinha prestado um péssimo serviço à população do Concelho de Tavira que neles tinha votado e, na sua opinião, de um modo que os cidadãos podiam entender votar melhor nas próximas eleições. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia questionou sobre se havia mais questões antes da Ordem de Trabalhos que, não se verificando, referiu que ia colocar à votação a ata número um da Assembleia Municipal realizada em vinte e cinco de fevereiro que, certamente, todos tinham recebido. \_\_\_\_\_

----A ata foi aprovada com vinte e três votos a favor e três abstenções. \_\_\_\_\_

----Para dar início à Ordem de Trabalhos disse que o ponto número um consistia na apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal, a quem passava a palavra. \_

----O Presidente da Câmara Municipal mencionou que a informação da atividade municipal se referia sumariamente ao que tinha acontecido desde a última Assembleia Municipal realizada em vinte e cinco de fevereiro. \_\_\_\_\_

----O primeiro diapositivo era respeitante à Semana Santa que, no corrente ano, tinha tido o transtorno causado pelo mau tempo que se tinha feito sentir, contudo apesar de não terem estado presentes tantas pessoas como gostariam, tinha sido bastante participada. Tinham organizado as festividades da Semana Santa com a dignidade que merecia. Com exceção da Procissão do Senhor dos Paços que a Ordem de São Francisco não tinha tido oportunidade de fazer sair, todas as outras Procissões tinham sido apoiadas pelo Município e tinham acontecido. \_\_\_\_\_

----O segundo diapositivo continha imagens da Procissão do Triunfo. \_\_\_\_\_

----Mostrou mais uma manifestação cristã que estava a ganhar espaço na comunidade de Tavira. A Via Sacra que desde o ano transato tinha alguma representação tinha sido acompanhada por umas largas centenas de pessoas. Seguramente que no ano seguinte iria realizar-se da mesma forma, sendo cada vez mais interessante e participada. \_\_\_\_\_

----Seguidamente referiu a Procissão do Enterro realizada debaixo de alguma chuva o que tinha revelado alguma coragem em fazer sair a Procissão, tendo-se esta intensificado logo após a Procissão ter recolhido. Realçava, por isso, a coragem de todos os presentes. \_\_\_\_\_

----Mencionou um conjunto de concertos promovidos no decurso do mês de março, como o da Orquestra do Algarve e vários concertos alusivos à Páscoa. O diapositivo mostrava uma fotografia do Grupo Coral de Tavira. \_\_\_\_\_

----Passando ao sexto diapositivo, o Presidente da Câmara, realçou a exposição da Dieta Mediterrânica que tinha sido inaugurada e estava patente, pelo que, convidava todos os presentes a visitá-la. Informou que, naquele mesmo dia, tinham recebido a comunicação de que a UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization já tinha aditado a documentação, tendo a Comissão de Peritos validado a Candidatura de Tavira a fim de ser decidida entre os dias dois e oito de dezembro do corrente ano, em Bacu, no Azerbaijão. \_\_\_\_\_

----A exposição estava patente e tinham convidado as escolas, professores, turistas e público em geral a visitarem-na, tendo-se registado bastante afluência pois tratava-se de um momento muito interessante do que era a cultura e a expressão mais profunda dos tavirenses. \_\_\_\_\_

----Também estava patente no Palácio da Galeria uma exposição, Luso-Espanhola, de fotografias alusivas à água. \_\_\_\_\_

----O oitavo diapositivo referia-se a uma exposição sobre Mértola que estava patente no Núcleo Museológico Islâmico. \_\_\_\_\_

----Seguidamente indicou as oficinas que já eram tradicionais no Município de Tavira, sendo que o Museu continuava a realizar um conjunto de oficinas, de realizações com a finalidade de envolver os mais novos numa pedagogia itinerante que já tinha pergaminhos no Concelho. \_\_\_\_\_

----O diapositivo seguinte mostrava um conjunto de manifestações e exposições, como a Exposição Felina Internacional que se tinha realizado no final de semana anterior e, cuja informação de que dispunha, era de que tinha tido alguma afluência. \_\_\_\_\_

----Referindo-se ao International Sports Meeting disse que no corrente ano tinha havido uma inovação por, como os membros sabiam, ter tido o acompanhamento da RTP – Rádio Televisão Portuguesa no único dia de sol esplendoroso, o que tinha sido bom para uma edição em direto durante todo o dia, promovendo Tavira, as suas praias, o Sports Meeting, o clima do Algarve e tendo a vantagem de os únicos custos suportados pelo Município terem sido apenas com a logística porque a organização do evento tinha tratado de tudo. \_\_\_\_\_

----O décimo terceiro diapositivo continha imagem do sorteio da Taça de Portugal de Andebol que se tinha realizado há alguns dias. Aquele evento iria ocorrer nos dias um e dois do mês de junho sendo o primeiro jogo, no dia um, entre o Sporting e o Benfica, seguido do Porto, Águas Santas e a final ir-se-ia realizar no dia dois. Também iria decorrer a Final Four em femininos. \_\_\_\_\_

----Aquele seria o último ano do protocolo celebrado entre o Município de Tavira e a Federação Portuguesa de Andebol para a coorganização da Final Four da Taça de Portugal de Andebol que tinha tido a duração de quatro anos. \_\_\_\_\_

----Passando aos festejos do dia 25 de abril, tinha havido um convívio de jovens tenistas cujos



agradecimentos já tinha feito em local próprio, em que tinham participado os três Clubes de Ténis de Tavira num Mini Torneio com as crianças e jovens tavirenses que, de alguma forma, tinham comemorado o 25 de abril mas também, saudado o investimento de uns vários milhares de euros, superior a vinte mil euros, que o Município tinha efetuado na reabilitação dos cinco campos de ténis do Complexo Desportivo Municipal que, como todos sabiam, estavam bastante degradados, bastante gastos e, não sendo a ideia a de construir novos, tinha sido executada a reabilitação dos existentes. De uma forma discreta, tinha sido aproveitada aquela data para de alguma forma simbolizar a liberdade e a obra executada, em nome de todos, para que os Clubes e os seus elementos pudessem continuar a usufruir de boas condições e boas instalações. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara referiu-se a outros eventos desportivos que se tinham realizado, desde o BTT, ao Ciclismo, ao Futsal, até à estafeta R1 do Regimento de Infantaria. \_\_\_\_\_

----Tinha-se ainda realizado a Maré de Contos e a Semana da Leitura, sendo o primeiro ano a realizar-se a Semana da Leitura que tinha sido dedicada à comunidade e muito interessante. Tinha-se realizado um evento na Praça da República com a Banda da Escola Dom Paio que tinha tido bastante sucesso e a presença de muitas crianças e jovens. \_\_\_\_\_

----Continuou com a informação de que tinham sido apresentados três livros, um de Raminhos Bispo, um de José Estêvão que constituiu a sua terceira publicação e outro de Maria Veleda. As edições tinham sido apresentadas em cerimónia realizada na Casa Álvaro de Campos. \_\_\_\_\_

----O décimo oitavo diapositivo indicava um conjunto de atividades como o Curso Livre "*Revisitar o Canto de Intervenção*" constituído por um conjunto de palestras e um seminário realizado naquela Biblioteca Municipal. \_\_\_\_\_

----Seguidamente referiu-se às atividades realizadas pelo Centro de Ciência Viva que estava muito ativo, o que considerava importante. Uma das fotografias mostrava a Presidente de Direção do Centro de Ciência Viva a participar numa atividade. Este Centro tinha cada vez mais iniciativas com um maior número de participantes. \_\_\_\_\_

----Referiu ainda, algumas Feiras de Artesanato que tinham sido realizadas no Centro da Cidade. \_\_\_\_\_

----Relativamente ao Festival de Gastronomia Serrana informou que já tinha encerrado e que tinha tido uma forte participação da Freguesia de Santa Catarina com dois restaurantes, o Constantino em Umbria e o Monte. Tinham tido a participação de um restaurante em Cachopo, um na Conceição, um em Santo Estêvão e um em Santa Maria. Não tinham aderido mais restaurantes porque necessitavam de umas certificações que lhes permitissem participar naquele Festival. \_\_\_\_\_

----Acrescentou que no dia onze de maio ir-se-ia iniciar o Festival de Gastronomia do Mar. \_\_\_\_\_

----Referiu que a Feira da Serra tinha passado a chamar-se Mostra da Primavera e tinha acontecido há

dois dias atrás. Queria dar uma informação que considerava interessante, que ao iniciarem funções na Câmara Municipal, aquela Feira Serrana custava cerca de cinquenta mil euros sendo que a Feira do corrente ano tinha custado menos de um quinto daquele valor porque, enquanto anteriormente era uma realização rica efetuada em parceria com a Associação In Loco, para o que o Município pagava tudo incluindo o “*fee*”, ou seja o “*naming*”, a Feira atual era realizada com os produtores tavirenses e os meios possíveis da Câmara Municipal o que tinha permitido uma poupança entre os trinta e cinco a quarenta mil euros mantendo, contudo, a realização do evento, dinamização e os grupos. \_\_\_\_\_

----Mostrou imagens das comemorações do 25 de abril. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara referiu que também se tinham realizado todas as iniciativas constantes no diapositivo, enfatizando o facto dos Bombeiros Municipais de Tavira terem comemorado os cento e vinte e cinco anos de existência. Eram detentores de uma medalha de ouro atribuída, no corrente ano, pelo Ministro da Administração Interna como reconhecimento do seu mérito. Tinham aproveitado para realizar um Torneio de Futsal, tendo o Comandante Operacional Nacional de Proteção Civil estado presente. No diapositivo via-se fotografia do primeiro Campeonato Regional de Desencarceramento cujos troféus tinham sido oferecidos pelos Presidentes de Junta e onde a Corporação de Tavira, que tinha ficado classificada em segundo lugar no Campeonato Nacional de Desencarceramento que apesar de ser algo sinistro era importante que existisse dado permitir medir a eficácia e o funcionamento, tinha ganho o primeiro lugar em praticamente todas as provas, como o desencarceramento por equipas, o comandante, ou seja, o responsável pelo comando das operações, e obtido o segundo lugar na categoria de socorrista, tendo presença assegurada como representantes da Região do Algarve nos Campeonatos Nacionais, que supunha, se iriam realizar no Norte do País. \_\_\_\_\_

----Para terminar a apresentação dos eventos realizados, mencionou mais um conjunto de iniciativas como a Música nas Igrejas e os Concertos que estavam a ser realizados na Casa do Povo de Santo Estevão. \_\_\_\_\_

----Passando ao tema das obras e urbanismo, o Presidente da Câmara começou por mostrar diapositivo da obra do Centro Escolar da Horta do Carmo que estava praticamente no término do prazo de conclusão, apontado para o mês de junho. Aproveitava para informar que já tinha sido mandado comprar o equipamento necessário, bem como, iniciado o procedimento para a compra do mobiliário que se estava em fase de adjudicação. Assim, apesar de existir alguma informação truncada que tinha sido facultada aos pais, o Centro Escolar iria mesmo abrir no mês de setembro próximo, para início do novo ano letivo e, iria receber todos os alunos permitindo assim eliminar os regimes duplos, porque a EB1 número 2 da Porta Nova não iria continuar a funcionar como tal, já que tinha a convicção que todos deviam ser tratados de igual modo, pelo que, pretendiam transferir todos os alunos daquela Escola para

o novo Centro Escolar que dispunha do número de salas suficientes para receber os alunos do primeiro ciclo, acrescidas de duas salas para o pré-escolar. \_\_\_\_\_

----Concluiu dizendo que a obra estava praticamente terminada tendo tido um custo de cerca de três milhões de euros. \_\_\_\_\_

----Quanto à obra da Igreja de São Gonçalves Telmo estava a decorrer a bom ritmo, pelo que, pensavam que estaria pronta no final do corrente ano. \_\_\_\_\_

----Referindo-se à Estrada do Fojo, o Presidente da Câmara, disse que supunha que a sua reabilitação estava algo adiantada relativamente ao previsto. O muro da estrada tinha caído devido às fortes chuvas que se tinham feito sentir no ano transato, que tinham destruído quatro caminhos importantes, pelo que, estava a ser executado um muro de contenção. \_\_\_\_\_

----Relativamente aos caminhos destruídos ainda nem todos estavam reabilitados porque, verdadeiramente, não tinha havido disponibilidade financeira para os reabilitar a todos, até porque não era possível conseguirem verbas emprestadas, tendo que ir executando obra conforme as disponibilidades para tentar assim reabilitar o que a natureza tinha vindo a destruir. \_\_\_\_\_

----Quanto à Estrada do Fojo a obra estava perto da sua conclusão. \_\_\_\_\_

----Para terminar a apresentação referiu um conjunto de obras que se encontravam em curso ou em procedimento, sendo o caso do Parque Verde do Séqua – 2ª. Fase que se iniciaria nos seguintes dias porque no dia vinte e seis anterior tinham recebido o visto do Tribunal de Contas faltando apenas consignar a obra para que se iniciasse imediatamente a seguir. \_\_\_\_\_

----O arranjo urbanístico do acesso Conceição / Cabanas estava candidatado a fundos regionais, tendo vindo a ser negociado com a CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional com quem tinham tido uma reunião há alguns dias atrás, e supunha que era possível a elegibilidade e a aprovação da candidatura que acontecendo, obviamente, lançariam o concurso. \_\_\_\_\_

----A empreitada de construção das catacumbas do cemitério estava com procedimento aberto mas sem qualquer evolução. \_\_\_\_\_

----Informou que já tinham recebido as propostas para a reparação da EM – Estrada Municipal 397, pelo que, pensava que a adjudicação iria acontecer dentro de alguns dias já que estava em fase de elaboração do relatório. \_\_\_\_\_

----A obra de conservação do Quartel de Bombeiros já se encontrava para adjudicação o mesmo se verificando com a valorização da Rotunda das Salinas. \_\_\_\_\_

----Relativamente à pavimentação de diversas ruas da Cidade de Tavira indicou que estavam para adjudicação a Rua da Porta Nova, Rua António Pinheiro, Rua 1º de Maio, Rua das Salinas, Rua das Capacheiras e a drenagem de águas pluviais na Rua Álvaro de Campos. \_\_\_\_\_

----Estava a decorrer o segundo concurso público para a instalação dos catorze apoios de pesca em Tavira, estando a empreitada das instalações elétricas do Centro de Dia de Santo Estevão para adjudicação. \_\_\_\_\_

----Terminou reforçando que eram aqueles os procedimentos que se encontravam em curso naquele momento. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia verificando não existirem questões relativas à informação do Presidente da Câmara, passou ao ponto número dois sobre a apreciação do Relatório de Gestão e Contas relativo ao exercício de 2012 da EMPET, tendo cedido a palavra ao Presidente da Câmara. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara afirmou que pensava que não devia proferir grandes considerandos sobre aquele assunto que tinha apenas como intenção dar conhecimento do que tinha sido decidido em Assembleia Geral, mas queria enfatizar que as contas da EMPET estavam equilibradas. Acrescentava que tanto a TaviraVerde - Empresa Municipal de Ambiente, EM como a EMPET tinham tido resultados operacionais positivos não preenchendo os requisitos da Lei 50/2012 que obrigavam à sua extinção, não sendo, por isso, das empresas que tinham extinção automática como anunciado. Aquelas duas empresas ir-se-iam manter porque ambas tinham tido resultados positivos que não iriam influenciar negativamente as contas da Câmara Municipal não tendo esta que injetar qualquer capital na contabilização do equilíbrio das mesmas. Concluiu dizendo que a finalidade da introdução daquele ponto na Ordem de Trabalho era para que os membros tomassem conhecimento daquele facto que, obviamente, ao verificarem a documentação constatariam ser a realidade. \_\_\_\_\_

----A Membro Elisabete Rocha mencionou que apenas tinha lido superficialmente o relatório focando-se, sobretudo, na parte de texto que o acompanhava e tendo reparado que não se tinha verificado a venda de qualquer lote no decurso do ano de dois mil e doze. Considerava que era preocupante uma vez que os custos e os encargos que estavam associados àquela empresa, e do que tinha lido, eram consideráveis, pelo que não sabia o que pensavam relativamente àquela questão, se existia alguma perspetiva de melhoria porque o mercado também não estava a pedir lotes. Queria por isso deixar aquele apontamento registando a sua preocupação. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara disse que acompanhava a preocupação da Membro Elisabete Rocha e gostaria que o Governo colaborasse com a criação de um clima económico favorável o que, manifestamente, não estava a conseguir apesar das promessas feitas, já que a depressão aumentava. A empresa podia não ter vendido lotes mas haviam propostas para a sua aquisição, pelo que, aguardavam que o clima económico melhorasse, que os bancos passassem a emprestar dinheiro e que as empresas tivessem vontade de investir, porque a EMPET estava disponível para a venda. Havia porém, uma questão que queria abordar naquela Assembleia, que considerava importante, para não fugirem ao

assunto. Quando tinham iniciado funções, a EMPET já existia e já tinha um empréstimo no valor de dez milhões de euros; a EMPET estava a efetuar um avultado investimento com um capital social de quinhentos mil euros todos alavancados pela banca; o Parque não estava acabado, nem em fase de comercialização, assim, o que considerava notícia era que a empresa estava equilibrada até porque, não tinham sido verdadeiramente, apesar de assumirem e tentarem tratar do assunto, os responsáveis pela fundação da EMPET com os problemas financeiros que presentemente estavam a tentar solucionar, pelo que, considerava que a única forma de resolver aquela questão era através da venda de lotes ou outras negociações, razão pela qual os Estatutos da EMPET também eram importantes. \_\_\_\_\_

----Informava que o Parque Industrial já não pertencia na totalidade à EMPET, que apenas detinha cerca de setenta lotes dos cerca de cento e vinte. A diferença tinha sido dada em dação para o pagamento do empreiteiro, pois tinha sido a única forma de o fazer, o que significava que até poderiam surgir empresas interessadas mas que não tivessem negociado com a EMPET que não era a única empresa a comercializar os lotes havendo, seguramente, bancos, credores e outros a quem o empreiteiro, que tinha aberto falência, pudesse ter cedido os mesmos. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara referiu que a situação da EMPET era complexa mas a sua extinção representava um elevado agravamento das contas da Câmara Municipal pois existiam alguns compromissos financeiros que tinham que ir cumprindo, pelo que, não vislumbrava outro caminho que não fosse o que estavam a seguir pois tratava-se de uma via prudente de equilíbrio que estava a ter resultados financeiros, a obter alguma visibilidade com o Ativar Tavira, que era importante dado, presentemente, todos terem conhecimento de que a empresa tinha lotes para venda o que anteriormente não acontecia, já que estava-se a construir um Parque Industrial sem que disso houvesse conhecimento. \_\_\_\_\_

----Tinham ainda conseguido um financiamento de três milhões e quinhentos mil euros obtidos via CCDR, de fundos comunitários, que tinham sido candidatados no atual mandato e contribuído para amortizar bastantes despesas, possibilitando a entrada da empresa no Sítio na Internet, o Algarve Acolhe – Áreas de Acolhimento Empresarial que era uma ferramenta de apoio aos investidores, toda concebida em português, o que considerava ser importante, pelo que se houvessem investidores, se o Governo ajudasse, se o clima económico facilitasse, certamente conseguiriam vender. \_\_\_\_\_

----Para terminar disse que, como os membros podiam calcular, gostaria muito que os lotes fossem todos vendidos no dia seguinte, razão pela qual partilhava a preocupação da Membro Elisabete Rocha mas pensava que a resolução daquele problema não poderia ser de forma diferente. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia verificando não haver intervenções, passou ao ponto número três com a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 43/2013/CM, referente à Alienação da

participação social na Globalgarve – Cooperação e Desenvolvimento, S.A. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara disse se tratava de um assunto muito simples. Considerava importante informar que a Câmara Municipal de Tavira não tinha qualquer dívida para com a Globalgarve, contudo esta tinha passivo que em grande parte era resultante de dívidas de algumas Câmaras Municipais. A Globalgarve tinha o Sítio na Internet, o Algarve Digital onde Tavira estava incluída, todavia a Lei 50/2012 regulamentava no sentido de que as empresas, no caso, constituídas por Municípios e particulares, onde o Município de Tavira tinha uma participação de cerca de zero, vírgula oitenta por cento com duas mil e quinhentas ações, se tivessem resultados negativos, os Municípios tinham que vender as suas participações. Assim, como a Globalgarve tinha resultados negativos, maioritariamente porque um conjunto de Câmaras Municipais não tinham liquidado os valores em dívida que, nalguns casos, eram bastante elevados totalizando cerca de meio milhão de euros, para o que a Câmara Municipal de Tavira e algumas outras Câmaras Municipais não tinham contribuído, levava a que a Globalgarve tivesse resultados negativos, credores e dívidas, o que os obrigava a terem que vender a participação na Globalgarve, num serviço que todos dependiam exceto a Câmara Municipal de Loulé, pelo que aquela proposta tinha como finalidade dar cumprimento a uma formalidade obrigatória regulamentada na Lei 50/2012 caso as empresas obtivessem resultados negativos. \_\_\_\_\_

----Concluiu dizendo que todas as Câmaras Municipais estavam a vender as suas participações, pelo que, com exceção de Faro, São Brás de Alportel e Aljezur que já o tinham proposto nas suas Assembleias Municipais realizadas no mês de fevereiro passado, todas as outras estavam a efetuar a mesma proposta nas suas Assembleias Municipais que se estavam a realizar por aqueles dias. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia perguntou se algum dos presentes pretendia intervir e passou a palavra ao Membro Alberto Carmo. \_\_\_\_\_

----O Membro Alberto Carmo referiu que estava um pouco preocupado com aquela questão da Globalgarve que, sendo certo que tinham que respeitar a Lei, esperava que o serviço que a Globalgarve prestava de forma gratuita e eficaz continuasse a ser manifestamente bem produzido, na íntegra, ainda que por qualquer outra Entidade. Assim, questionava se a empresa se ia extinguir terminando assim o fornecimento do serviço do Algarve Digital. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara respondeu que se tratava de uma prestação de serviços que apesar de serem sócios não era gratuita já que o Município pagava cerca de vinte e dois mil euros por ano à Globalgarve para ter o serviço do Algarve Digital. O que estava a acontecer era que os sócios privados da AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve estavam em negociações a fim de tentarem encontrar uma solução de modo a ficarem com as participações sociais das Câmaras Municipais, o que implicava um conjunto de requisitos para que a Globalgarve não fosse extinta porque, para tal, bastava apenas

que o setor público não tivesse participações na empresa. Se não fosse possível chegar a um acordo, a única forma era a extinção, a liquidação da empresa que significava a regularização do passivo sendo que os devedores teriam que pagar e os sócios ainda que não devendo, teriam que liquidar a parte restante e procurar novos servidores. Todavia pensava que tal não iria acontecer pois nas últimas reuniões onde tinha estado, parecia haver uma solução para que o setor privado tomasse conta da empresa. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_

----Passou ao ponto número quatro sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 44/2013/CM, referente à alienação da participação social na Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M. S.A.. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara referiu que desconhecia a razão pela qual eram sócios daquela empresa, contudo talvez tivesse uma explicação. A Empresa Município era uma Empresa Municipal gerida pela Câmara Municipal de Oeiras, da qual a Câmara Municipal de Tavira tinha cinco mil ações, o que significava que eram sócios de uma empresa que fazia serviços de cartografia e que, verdadeiramente, a Câmara Municipal de Tavira nunca tinha utilizado. Nos anos anteriores a empresa tinha tido prejuízo, pelo que, tinham tido que pagar cinco mil euros dois anos seguidos. No corrente ano parecia que a empresa não tinha prejuízo, porém tinham decidido vender aquela participação por não terem qualquer interesse naquele serviço dado os serviços da Câmara Municipal incluem técnicos, sistemas cartográficos e sistemas inteligentes de informação, pelo que, não se justificava despende aquela verba e muito menos estarem associados a uma empresa com sede em Oeiras. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia passou a palavra ao Membro Alberto Carmo. \_\_\_\_\_

----O Membro Alberto Carmo disse que queria parabenizar o Executivo por ter resolvido de uma forma graciosa a questão da cartografia da Câmara Municipal que estava disponível ao público e que devia de servir de exemplo, quer pelos custos quer pela forma, a muitas Câmaras Municipais, razão porque considerava feliz que a Município tivesse tido prejuízo. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia indagou se havia mais alguma questão e passou a palavra à Membro Isabel Santos. \_\_\_\_\_

----A Membro Isabel Santos mencionou que o Concelho de Tavira era um dos únicos Concelhos do País que não tinha cadastro, apenas existindo mais dois ou três naquela situação. A questão que colocava era se Município tinha efetuado um levantamento cadastral a todo o Concelho. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara afirmou que nenhum Concelho do País tinha cadastro. O cadastro matricial consistia um grande problema mas o que estava a ser efetuado era uma atualização das matrizes para o IMI – Impostos Municipal sobre Imóveis. \_\_\_\_\_

----A Membro Isabel Santos disse não se estar a referir àquela situação mas sim ao mapa cadastral que existia e onde constavam as propriedades. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara reafirmou que o cadastro não estava feito. No ano de dois mil e nove, o anterior Executivo, era justo que o dissesse, tinha trabalhado naquela questão e o anterior Governo tinha aprovado uma Portaria onde tinha colocado Tavira, São Brás de Alportel e Loulé num projeto piloto para a elaboração do cadastro. O Governo, através do Ministério das Finanças, tinha lançado um concurso público no valor de oito milhões de euros que o atual Governo tinha suspenso por considerar ser uma solução muito dispendiosa. Ele próprio tinha tido uma conversa com a Ministra Assunção Cristas que tinha reafirmado tratar-se de um processo muito dispendioso, pelo que, iriam optar por outra solução mais económica. Todavia, após a ocorrência dos incêndios do ano anterior tinha resolvido reativar o processo efetuado nova abertura de concurso público. \_\_\_\_\_

----Tavira, São Brás de Alportel e Loulé constituíam-se como os concelhos principais, por terem sido fustigados pelos incêndios, estando os seus cadastros a ser elaborados por uma empresa contratada pelo Ministério das Finanças devido ao facto do processo de concurso ter sido desbloqueado, até porque, a apresentação das candidaturas a fundos comunitários cujo acordo tinha sido efetuado tendo por base o parcelário, necessitava do cadastro concluído. Assim, considerava possível que Tavira tivesse o cadastro elaborado ainda antes do resto do País sendo que o Governo iria procurar outra solução para a sua elaboração. \_\_\_\_\_

----Para concluir, reforçou que o cadastro não existia, existindo apenas na forma como todos o conheciam, mas saber quem era quem, herança de quem, indivisa de quê, não existia. Estava tudo mapeado mas verdadeiramente não existia cadastro. \_\_\_\_\_

----A Membro Isabel Santos disse que apenas pretendia saber se a Município estava relacionada. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara respondeu que pensava ter compreendido o que a Membro Isabel Santos pretendia dizer mas a Município tratava apenas de sistemas de orientação, cartografia e GPS – Sistema de Posicionamento Global. \_\_\_\_\_

----O Membro Joaquim Messias referiu que poderia complementar a informação. Nos anos oitenta tinha sido elaborado um levantamento cadastral no Concelho de Tavira, tendo ficado apenas a faltar entre cinco a dez mil hectares, para efetivar o cadastro do Concelho. Não tinha sido concluído porque a firma mista, portuguesa e espanhola, que estava a elaborar aquele serviço, não o tinha elaborado em condições, pelo que, o Instituto Português de Cartografia tinha ficado com os elementos e não tinha finalizado o cadastro. O que faltava era simplesmente terminar aquele pequeno vazio e ao mesmo tempo efetuar a avaliação respetiva, considerando lamentável que não tivesse sido efetuado. \_\_\_\_\_

----Por outro lado, tinha estado a diligenciar no sentido da elaboração de um projeto piloto realizado na



Freguesia de Santa Maria relativo ao emparcelamento da propriedade rústica, estando a tentar concluí-lo dado tratar-se de algo simples e com o custo de cerca de cem mil euros, sendo que se o Governo disponibilizasse a verba poderiam finalizar o projeto piloto, o que considerava importante. O projeto compreendia o território desde o Caminho da Bodega até Vale Murta, cerca de mil e quinhentos prédios e uma área substancial onde os cidadãos não conseguiam executar projetos de reflorestação por as propriedades se encontrarem parcialmente divididas, havendo proprietários de cerca de cem hectares de terra que não os conseguiam reflorestar por estarem divididos, sendo que, se estivessem concentrados em um ou dois artigos de cerca de cinquenta hectares, poderiam proceder a uma reflorestação. \_\_\_\_\_

----Era pois de lamentar, que o Concelho de Tavira não tivesse cadastro porque a maioria dos Concelhos do País tinha cadastro matricial. Em Tavira ainda funcionavam as matrizes antigas que tinham sido resultantes de uma avaliação geral elaborada no ano de mil, novecentos e setenta e nove, com prejuízo para o Estado e para o Município porque não possibilitava arrecadar as respetivas receitas dado a maioria daqueles artigos matriciais estarem isentos de pagamento de IMI. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara disse que sobre o caso que o Membro Joaquim Messias tinha mencionado, não havia muito tempo que, ele próprio e o Eng.º Macário Correia, tinham conversado com o antigo Secretário do Estado, Daniel Campelo, a fim de encontrarem uma solução, que apesar do Secretário de Estado se ter mostrado recetivo, nada tinha sido feito devido à sua saída como Membro do Governo. \_\_\_\_

----O Membro Joaquim Messias referiu ainda que todos conheciam a zona da serra e que, depois de toda a área que tinha ardido, se houvesse o emparcelamento ou cadastro, uma reflorestação apropriada contribuiria em muito para a resolução daquele problema. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_

----Dando seguimento à Ordem do Dia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto número cinco sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 45/2013/CM, referente à Alteração dos Estatutos da TaviraVerde – Empresa Municipal de Ambiente E.M.. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara referiu que tinha estado a analisar e em anexo às propostas estavam os estatutos antigos e os novos. Basicamente as grandes diferenças constituíam-se na alteração da designação por a Empresa TaviraVerde passar a adotar a figura de empresa municipal de sociedade por quotas e na questão das obrigações e dos planos de investimento, cujo teor se encontrava escrito, pelo que se escusava de explicar. As alterações resultavam da adaptação da Lei que tinha caráter obrigatório para o regime de empresas locais passando a forma de obrigar a ser muito mais restritiva e individualizada. \_\_\_\_\_

----A Membro Elisabete Rocha mencionou que não tinha encontrado os dois estatutos na documentação

disponibilizada e que tendo consultado o Sítio da empresa na Internet, este já tinha os novos estatutos anexados, pelo que não tinha conseguido perceber efetivamente quais eram as alterações. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara esclareceu que na proposta estava escrito a “*bold*” o que tinha sido aditado.

----A Membro Elisabete Rocha insistiu que os estatutos anteriores não tinham sido disponibilizados não tendo, por isso, forma de perceber quais tinham sido as alterações, mesmo sabendo que decorriam de uma alteração da Lei. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia afirmou que a informação que tinha sido disponibilizada continha os estatutos antigos e os novos. \_\_\_\_\_

----O Membro José Graça disse que se encontravam no ponto sete um e sete dois da documentação, sendo os pontos oito um e oito dois relativos à EMPET. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara explicou que, o que tinha sido alterado era a designação que tinha passado a sociedade por quotas, a questão do mandato, os novos documentos de gestão como os planos de investimento anuais e plurianuais, as respetivas fontes de financiamento, o que a empresa podia ou não fazer, nomeadamente no caso de protocolos a celebrar com os Municípios e as questões relacionadas com o fiscal único que tinham relevância nos estatutos tendo, inclusivamente, sido feita a transcrição da regulamentação. Todas aquelas eram formas de documentação superlativas aos estatutos existentes que, presentemente, devido ao facto das empresas, por vezes terem prejuízo, passavam a ter que elaborar os planos plurianuais que tinham que ser ratificados nas finanças e terem consonância com os estatutos da empresa. Eram pois transposições da Lei que os estatutos tinham que adotar. \_\_\_\_\_

----A Membro Elisabete Rocha mencionou que as alterações eram a aplicação de uma Lei que obrigava a essas mesmas alterações. Assim sendo, não suscitava grandes dúvidas. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara acrescentou que havia um outro fator que se referia às regras relativas ao estatuto de gestor que também tinha que constar nos respetivos estatutos sendo, por isso, o que ali constava. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia verificando não existirem mais questões colocou a proposta a votação que foi aprovada por maioria de vinte e quatro votos a favor e duas abstenções. \_\_\_\_\_

----O ponto número seis era a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 46/2013/CM, referente à alteração dos Estatutos da EMPET – Empresa Municipal e Parques Empresariais de Tavira, E.M. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara comunicou que se tratava de situação idêntica à anterior pois a norma, o diploma que havia citado tinha a mesma obrigatoriedade, tendo a EMPET que alterar a designação para sociedade por quotas, fiscal único e obrigações do conselho, da direção e dos órgãos sociais. \_\_\_\_\_

----Tinha ainda sido introduzido, nomeadamente, no objeto social, a comercialização de bens e lotes

para tornar a atividade mais abrangente mantendo-se o restante sem grandes alterações sendo que, provavelmente, os estatutos da EMPET eram mais sumários do que os da TaviraVerde, todavia era uma forma de redação. A Lei e a sua obrigatoriedade era precisamente a mesma sendo que regulamentava que tudo tivesse que ser visto pelo ROC – Revisor Oficial de Contas, bem como ter a aprovação do Ministério das Finanças. \_\_\_\_\_

----A Membro Elisabete Rocha disse que não conseguia perceber quais eram as principais alterações em termos dos estatutos sem serem aquelas que decorriam da Lei, pelo que, gostaria de saber se existiam outras alterações até porque tinha percebido que o objeto social tinha sido alterado. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara respondeu que não existiam alterações e que o objeto social não tinha sido alterado e sim aditado, pelo que, passava a ler a primeira versão: *“1 – O objeto social é a criação, gestão e prestação de serviços no âmbito da promoção e desenvolvimento de atividades económicas nos Parques Empresariais do Concelho de Tavira, bem como a comercialização de lotes, nela incluída a compra e venda de bens imobiliários.* \_\_\_\_\_

*2 – A EMPET, EM pode subcontratar quaisquer outros serviços”* \_\_\_\_\_

----A redação atual dizia o seguinte: *“O objeto social é a criação, gestão e prestação de serviços no âmbito da promoção e desenvolvimento de atividades económicas no Concelho de Tavira, bem como a aquisição, a alienação, a oneração e a locação de bens imóveis no mesmo Concelho, designadamente, a comercialização de lotes nos parques empresariais nele situado”.* \_\_\_\_\_

----A Membro Elisabete Rocha referiu que apenas queria colocar uma questão resultante do facto de o relatório mencionar a formação de uma incubadora de empresas, e citava: *“O momento atual obriga a uma intervenção mais ampla, mais ativa, numa clara interatividade com o meio envolvente, a nível local, nacional e internacional”.* Relativamente àquela ideia não tinha qualquer opinião formada mas o que gostava exatamente de perceber era o que estava na sua génese, na origem daquele objetivo, considerando que a ambição era grande num momento difícil, que possivelmente seria por aquela razão, mas considerava que também era muito preocupante, pelo que, questionava exatamente sobre o que se pretendia fazer. No Algarve já existiam imensas incubadoras de empresas e, em termos de projeto considerava que não se percebia muito bem que tipo de investimento iria ser efetuado para instalar todas aquelas novas soluções. Assim, a sua questão era sobre aquela preocupação até por pensar que estava relacionada com a alteração dos estatutos. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara respondeu que não estava, de todo, relacionada. Já tinha ali sido aprovada, há alguns meses atrás, uma alteração para a introdução da questão da incubadora. O que a Membro tinha lido já vinha de uma redação anterior cujo objetivo era o de alargar as atividades económicas da empresa. \_\_\_\_\_

----O que a Direção da EMPET estava a tentar era trazer economia para o Concelho através de uma incubadora de empresas. Existiam duas formas de o fazer, ou através de algo maximalista ou algo útil. Na prática o que pretendiam era, através da EMPET, atrair empresas que tivessem condições localizadas ou ideias de fixação nem que fosse apenas para aproveitar o facto da derrama ter sido abolida por aquela Assembleia Municipal, que apesar de ter tido alguns votos contra, o facto era que a derrama tinha acabado. Assim, o que pretendiam era ajudar a fixar empresas no Concelho de Tavira considerando que o Ativar Tavira seria um bom instrumento para o fazer, sendo que a outra vertente seria a comercialização dos lotes. \_\_\_\_\_

----O que pretendiam era que as empresas se fixassem em Tavira, que conseguissem expandir os seus negócios e, se possível, quisessem adquirir lotes no Parque Industrial, pelo que, o que estavam a fazer, dentro das condições financeiras atuais onde tinha que existir o princípio do equilíbrio, não podendo a EMPET realizar investimentos que de alguma forma prejudicassem as suas finanças, o que pensava que estava a ser conseguido com uma gestão cuidadosa para a promoção de Tavira, dos parques, maximizando o que existia, era tentar atrair empresas e empresários pois não eram apenas as empresas com milhões de euros que se podiam ali instalar. O que basicamente estavam a tentar fazer era conseguir um conjunto de escritórios a um preço acessível onde se pudessem fixar serviços partilhados como por exemplo um economista, um contabilista, um advogado, um engenheiro, desde que pretendessem um espaço, porque havia quem pretendesse desempenhar a sua atividade e não dispusesse de verba para comprar ou alugar um escritório tendo ainda que suportar os custos de funcionamento. Considerando que era um bom princípio, estava a referir-se, sobretudo, ao edifício localizado ao lado do edifício dos Paços do Concelho que era um espaço que já estava praticamente todo colocado no mercado. A EMPET tinha tomado o *leasing* daquele espaço, e as rendas iriam permitir efetuar o seu pagamento. \_\_\_\_\_

----Quanto ao restante negócio o que tinham que fazer era maximizar para dar visibilidade, para atrair, mostrando que tinham dinamismo e tentando conciliar a derrama, as taxas de financiamento, a isenção de cinquenta por cento nas taxas de ligação de esgotos da TaviraVerde que consideravam importantíssimas, pelo que, estavam a dinamizar a empresa para tentar que a curto ou médio prazo continuasse a ter resultados operacionais positivos. Contudo, se lhe perguntassem se era sustentável que tivesse prejuízos durante dois ou três anos, seria outra questão, todavia aquela era a situação do corrente ano. Como os membros sabiam já se tinham verificado na EMPET situações muito complexas, sendo que, quando tinham iniciado funções o primeiro ato de gestão que tinham feito, se os membros se recordavam, tinha sido o de pedir um empréstimo de oitocentos mil euros para injetar na EMPET e que correspondiam ao valor que a Câmara Municipal devia à empresa. A proposta a que se referia tinha

ali sido votada para que conseguissem assim ir equilibrando as contas da EMPET, sendo que três anos passados os resultados operacionais eram positivos mas com outros desafios pela frente. Obviamente que o sócio maioritário, com noventa e seis por cento, estava preocupado mas, simultaneamente, tinha que estar confiante no caminho escolhido que não lhe parecia poder ser outro, sendo que o de fechar definitivamente e assumir as perdas não era bom nem para a gestão, nem para o que quer que fosse. \_\_\_

----O Presidente da Assembleia verificando não existirem mais questões sobre os estatutos da EMPET colocou a proposta a votação que foi aprovada por maioria de vinte e três votos a favor, um voto contra e duas abstenções. \_\_\_\_\_

----Passou ao ponto número sete sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 50/2013/CM, referente à Prestação de Contas de 2012. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara referiu que se ia focar nas conclusões e que aquele correspondia a um exercício que tinha decorrido dentro de um contexto económico desastroso. \_\_\_\_\_

----Agradecia a presença do ROC da Câmara Municipal de Tavira a quem pedia que o corrigisse ou auxiliasse no caso de alguma incapacidade da sua parte dado ser jurista e não economista ou gestor, pelo que, se houvesse alguma questão que não explicasse convenientemente, o Dr. José Martins Correia poderia efetuar um esclarecimento mais aperfeiçoado. \_\_\_\_\_

----O resultado do exercício, dentro do contexto que estava a falar, tinha que referir que era positivo, sendo claro que os membros pensariam que certamente não iria dizer o contrário mas, de facto, o resultado não podia deixar de ser considerado positivo porque num contexto tão difícil a receita tinha subido ligeiramente, um milhão, cento e doze mil, quatrocentos e oitenta euros, o que representava quatro vírgula quarenta e cinco por cento. Esta situação tinha-se verificado pelo pedido de quatro licenças de urbanismo que já tinham sido levantadas acrescidas de mais algumas licenças na área do imobiliário. O IMT – Impostos Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, tinha caído setenta e dois por cento no ano anterior, tendo-se verificado alguma subida no exercício em apreço. \_\_\_

----Apesar de terem projeções de que a receita ia aumentar, não tinham feito como geralmente os políticos, principalmente em ano de eleições, para serem simpáticos, sorrindo para todos, cumprimentando e distribuindo, como tinha sido efetuado durante anos e anos, com os resultados para a economia e democracia que todos conheciam. Não tinham começado a distribuir o que lhes parecia ser um bom resultado, antes pelo contrário, tinham continuado a cortar e tinham cortado em muita coisa, tinham cortado em festas, eventos, tinham deixado de contratar empresas e começado a dizer muitas vezes que não, o Presidente da Câmara não tinha mudado de carro, o Executivo não apresentava ajudas de custo, almoços, despesas, ou seja, tinham estabelecido um código de conduta comum a todos tendo os cortes sido implementados em toda a hierarquia, desde os funcionários ao Executivo, até

porque devido às imposições do Governo, tinha sido cortado o pagamento de horas extraordinárias aos funcionários sendo que as que eram pagas tinham um valor muito baixo, não era efetuado o pagamento de ajudas de custo, os subsídios tinham sido cortados, muitas das transferências para os Clubes não tinham acontecido, tendo pago apenas alguns subsídios, nomeadamente às Juntas de Freguesia que apesar de tudo tinham sofrido uma grande redução nas receitas proporcionais. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara continuou informando que todo aquele enquadramento tinha originado uma quebra de despesas de catorze vírgula oitenta e dois por cento o que representava cerca de quatro milhões de euros apenas referentes a despesas com pessoal resultantes das horas extraordinárias, do não pagamento de subsídios de férias e Natal que, obviamente tinham resultado de uma imposição do Governo. Os vencimentos do Executivo, tal como todos os outros, também tinham baixado porque as medidas adotadas destinavam-se a todos, porque, por vezes, havia quem pensasse que os políticos não eram abrangidos sendo que para eles não existiam reduções, o que não era verdadeiro. Assim, nas rubricas de despesas com pessoal tinha-se verificado um decréscimo de treze vírgula quarenta e sete por cento no valor da despesa. \_\_\_\_\_

---Aquele era o resultado da vida espartana pela qual tinham pugnado, sendo a realidade da vida como ela era, difícil para todos, tendo todos que efetuar poupanças, gastando menos, distribuindo menos e dizendo algumas vezes que não por falta de verbas, que tinham originado a melhoria substancial dos indicadores da Câmara Municipal porque no ano transato, durante praticamente todo o ano, não tinham tido fundos disponíveis que, basicamente representavam a capacidade de pagar os compromissos a noventa dias cuja obrigação tinha sido estabelecida pelo Governo, pelo que, adquirissem o que quer que adquirissem, a contabilidade tinha que atestar que existiam meios para pagar o que tinha sido adquirido, num prazo de noventa dias. \_\_\_\_\_

---Continuou dizendo que, como os membros deviam de calcular, quando se recebia uma Câmara Municipal com dívidas, com uma capacidade de endividamento interessante e com compromissos importantes ao nível da banca, cujas condições eram totalmente alteradas pelo Governo que efetuava uma inversão completa nos pressupostos da contabilidade estabelecendo que uma Câmara Municipal que estava a efetuar os pagamentos a cento e cinquenta dias, de repente, era forçada a pagar a noventa dias, apenas existiam duas formas de atuação, ou nada era feito e a situação tornar-se-ia insustentável ou continha-se a despesa tentando assim corrigir a situação. \_\_\_\_\_

---Acrescentou que no atual momento a Câmara Municipal tinha fundos positivos, disponíveis que permitiam, por exemplo, o lançamento das obras que tinha indicado na sua informação. \_\_\_\_\_

---Relativamente ao resultado líquido disse que eram de três milhões e quinhentos mil euros devido ao exigente plano de amortizações que tinham, no valor de dez milhões de euros. A redução da dívida de

curto prazo, dívida a fornecedores, ponto em que as pessoas mais se focavam, quando tinham assumido funções, no ano de dois mil e nove, a dívida a fornecedores, a dívida de curto prazo, era de cerca de quatro milhões de euros, sendo que no ano transato tinha reduzido para dois milhões e oitocentos mil euros. As dívidas de médio e longo prazo, resultantes de empréstimos, tinham reduzido em um milhão, seiscentos e setenta mil euros, o que refletia que tinham transitado o ano a trinta e um de dezembro, com uma dívida a fornecedores de um milhão, duzentos e noventa mil euros que, basicamente, tinham sido introduzidos no PAEL - Programa de Apoio à Economia Local, que ali tinha sido aprovado e cuja verba já tinham começado a receber. Tinham pois, recebido setenta por cento o que correspondia a um milhão, cento e sessenta mil euros, pelo que, quase setenta por cento da dívida do ano anterior já se encontrava liquidada faltando apenas pagar cerca de quarenta mil euros daquele valor que já tinham recebido que não o tinham liquidado por falta de apresentação de certidões por parte das empresas ou nos casos de insolvência. Para receberem a restante verba do PAEL de modo a que as dívidas do ano de dois mil e onze ficassem totalmente liquidadas, tinham que fazer prova de que os setenta por cento recebidos se encontravam liquidados. A partir do dia seguinte, a Câmara Municipal, excetuando o valor contratualizado no PAEL, iria começar a liquidar as dívidas referentes ao mês de março, o que representava um pagamento a trinta ou quarenta dias que não acontecia em muitas Câmaras Municipais mas que, felizmente, a Câmara Municipal de Tavira estava a conseguir cumprir, a pagar a tempo e horas, coisa que principalmente em tempo de campanha eleitoral se dizia, mas que o seu cumprimento era algo completamente diferente por não ser algo assim tão fácil de se conseguir. \_\_\_\_\_

----Presentemente, no que se referia a dívidas de curto prazo a Câmara Municipal tinha, verdadeiramente, tinto por cento de um milhão, cento e sessenta e cinco mil euros que ainda não tinham recebido e se referiam ao ano de dois mil e onze não tendo dívidas do ano de dois mil e doze e, relativamente ao ano de dois mil e treze iriam, no dia seguinte, iniciar os pagamentos respeitantes ao mês de março, o que considerava um bom indicador. \_\_\_\_\_

----O que tinha mudado era o facto de, atualmente, só adquirirem o que podiam liquidar a noventa dias, o que considerava importante, e não gastavam dinheiro irrelevante pois continuavam, como os Presidentes de Junta ali presentes sabiam, a adotar um critério de rigor dado não existir verba para exageros e a ideia ser de consolidar as contas, não podendo a Câmara Municipal gastar o que não tinha, porque quando tinham iniciado funções a Câmara Municipal gastava, por ano, entre trezentos a quatrocentos mil euros mensais a mais do que produzia, sendo por isso, importante que se começasse a reler alguns números pois aquela era a realidade, não uma realidade cor-de-rosa, mas uma realidade de gastar mais do que o que se possuía, que presentemente não acontecia. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara acrescentou ainda que pretendia dar uma nota final sobre aquele assunto,

porque apesar de se ter verificado, de facto, uma quebra acentuada da despesa de catorze vírgula oitenta e dois por cento, que representava um importante sinal, não tinham deixado de realizar o que era ou consideravam importante. Tinham cumprido todos os rácios do endividamento, tando o de curto como médio prazo e o líquido. Como exemplo indicava que no ano transato não tinham cumprido o endividamento líquido, o que não acontecia no corrente ano, verificando-se o princípio do equilíbrio que estava previsto no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais sendo que a execução da receita tinha sido de sessenta e dois vírgula quarenta e um por cento e o cumprimento da despesa de cinquenta e cinco vírgula um por cento que era indicador de que tinham executado mais na receita do que na despesa. \_\_\_\_\_

----Referiu ainda que, sendo aquele o último exercício antes da realização de eleições que iriam acontecer em setembro ou outubro próximos, considerava importante dizer que no ano de dois mil e nove, quando tinham iniciado funções, a Câmara Municipal tinha, entre curto, médio e longo prazo, uma dívida de cerca de vinte e nove milhões e quinhentos mil euros, sendo que presentemente essa dívida rondava os vinte e um milhões de euros o que refletia que, em quatro orçamentos, tinham conseguido reduzir oito milhões de euros da dívida da Câmara Municipal correspondendo a cerca de vinte e sete por cento da dívida total e ocorrido num clima de forte contenção orçamental, de uma crise no imobiliário, menor quantidade de dinheiro a circular, os bancos a não concederem empréstimos, a economia a encontrar-se estagnada ou em regressão como todos sabiam, criando muitas dificuldades e sendo os recursos humanos em número semelhante aos existentes anteriormente. \_\_\_\_\_

----Para terminar, disse que deixava o relatório, que tinha querido descrever sumariamente, à apreciação dos presentes, mas não podia deixar de referir que era um relatório de que, muito sinceramente, se orgulhavam e que, seguramente, de todos os que havia apresentado era aquele que refletia os resultados consolidados, não meramente conjunturais, mas que continha uma linha estrutural do que estavam a realizar, reduzindo a despesa e tentando manter a receita, mantendo assim o equilíbrio. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia indagou se algum dos presentes pretendia fazer alguma intervenção relativamente àquele ponto. Passou a palavra ao Membro José Alberto Correia. \_\_\_\_\_

----O Membro José Alberto Correia referiu que gostava de realçar as palavras do Presidente da Câmara porque o que tinha apresentado eram números indesmentíveis dos bons resultados alcançados por parte do Executivo que, obviamente, tinha tido o apoio e o trabalho de toda a equipa da Câmara Municipal, bem como de todos os cidadãos que, direta ou indiretamente, tinham contribuído e, estava-se a recordar, por exemplo, dos cortes de subsídios para as Associações que tinham tentado resolver aquela falta de verbas porque, felizmente, tinham uma política cultural que estava a demonstrar a



grande capacidade, a criatividade, as ideias, a solidariedade, a inventividade que parecia estar-se a consolidar, contudo esperava que os cortes não fossem de tal maneira elevados que permitissem que no País se conseguisse viver melhor. \_\_\_\_\_

----Queria realçar dois pormenores. O Presidente da Câmara tinha mencionado o rigor, a austeridade, que era algo que o Governo tinha imposto em demasia, contudo ali tinham resultados do rigor e da austeridade, que considerava extraordinários, sendo que à dimensão e escala de Tavira e, mesmo a uma escala regional que tanto sofria com a falta de financiamento e com uma legislação muito restrita para tudo e todos, considerava que ainda era mais difícil apresentar resultados tão bons quanto aqueles. \_\_\_\_

----Havia ainda uma questão que queria colocar, pois gostava de obter uma explicação relativamente às reservas que constavam na certificação legal de contas, nomeadamente relativas ao exercício do ano de dois mil e onze quando haviam duas ações que podiam comprometer em oito milhões e oitocentos mil euros as contas da Câmara Municipal, pelo que, pretendia saber quem tinha colocado aquele processo. Queria ainda, relativamente ao ponto sete dois da certificação legal de contas, ser elucidado sobre uma diferença entre a TaviraVerde e um saldo reclamado pelas Águas do Algarve, qual era o ponto de situação porque, no momento, estavam a parabenizar o Executivo, o que considerava merecidíssimo, mas se aquelas questões se refletissem negativamente queriam estar prevenidos. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara respondeu que iria tentar explicar. A primeira questão estava relacionada com uma ação judicial relativamente aos mínimos que estava absolutamente contestada junto à Águas do Algarve, sendo ele totalmente contra aquela cláusula. Quando a ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais do Almargem tinha sido construída, depois de algumas conversações tinha sido decidido executar uma ETAR maior tendo por base a projeção de pessoas, que era grande. Considerava que a linha de gestão seguida estava correta, contando com o fator crescimento, contudo o que já não lhe parecia tão correto era que no contrato constasse que a Câmara Municipal de Tavira teria que suportar os mínimos da diferença dos caudais até que fossem possíveis, o que a partir do atual momento tinham deixado de ser. \_\_\_\_\_

----Assim, a Águas do Algarve tinha movido umas ações judiciais relativas à diferença dos caudais, contra a TaviraVerde com quem a Câmara Municipal tinha um contrato de gestão delegada no montante de dois milhões e meio de euros, que estavam absolutamente impugnadas, sendo que, no atual momento, não estavam a decorrer porque o Tribunal Administrativo tinha devolvido o processo por o considerar da competência do Tribunal Arbitral. \_\_\_\_\_

----Já tinha colocado aquela questão à Águas do Algarve para que renegociassem novo valor de mínimos porque o atual resultava da diferença de caudais para a concretização da ETAR do Almargem e relativamente ao que a Câmara Municipal nada ganhava, sendo a Águas do Algarve que ficava a ganhar

pela obra ter sido executada com base naquelas projeções. Para que os membros tivessem uma ideia, disse que ao fazerem as projeções a Águas do Algarve ganhava muito dinheiro uma vez que, presentemente, o metro cúbico de águas residuais era mais caro que o metro cúbico de água porque, neste último, era cobrado o saneamento e o lixo, tendo o custo do primeiro aumentado vinte por cento em alta, e o segundo cerca de vinte por cento, não se tendo verificado qualquer aumento no preço da água. \_\_\_\_\_

----Assim, na origem da ação judicial estava a diferença dos caudais entre o que chegava à ETAR e o que era consumido na TaviraVerde e que a Câmara Municipal tinha que liquidar á Águas do Algarve. Havia ainda o facto de, para além da projeção para a construção de uma grande ETAR, tendo a TaviraVerde que liquidar a diferença, se terem esquecido de contemplar que, por exemplo, no caso dos contadores de rega a água não ia para o saneamento, como acontecia com a água para consumo, ficando esta no terreno, sendo a razão pela qual não existia taxa de lixo nem saneamento na faturação dos contadores de rega. Não tinham também considerado, relativamente às quotas baixas, que quando chovia se verificarem infiltrações de águas pluviais no saneamento o que originava custos elevadíssimos. \_\_\_\_\_

----Para concluir aquela questão disse que os valores em causa estavam impugnados estando ele em negociações com a Águas do Algarve para chegar a um acordo e terminar com aquela situação, porque quando era para construir e havia dinheiro fazia-se tudo e depois alguém pagaria a conta. \_\_\_\_\_

----A Câmara Municipal já não tinha praticamente valores em dívida à TaviraVerde ao contrário de quando tinham iniciado funções, cuja dívida era de cerca de um milhão e meio de euros, que presentemente já não chegava aos trezentos mil euros, sendo que trinta por cento estavam incluídos no PAEL. \_\_\_\_\_

----Relativamente à segunda questão, o Presidente da Câmara referiu que estava relacionada com duas ações judiciais já do atual mandato, relativas ao loteamento Aldeia Formosa em Cabanas. Basicamente a questão era que a Aldeia Formosa era um loteamento cujas habitações já se encontravam concluídas, porém os loteamentos não estavam acabados tendo gerado um grande conflito judicial. Eram pois, duas ações movidas contra o Município de Tavira com o valor de quatro milhões de euros, cada uma. \_\_\_\_\_

----Como os membros sabiam, existia nos loteamentos um processo de infraestruturas e um processo de habitações, ou seja, existia o saneamento, a eletricidade e todas as outras ligações necessárias para ligar as habitações às infraestruturas. Uma situação básica era as infraestruturas estarem recebidas porque tinham que estar certos de que quando as habitações fossem vendidas, a luz funcionava estando por isso ligadas ao loteamento. Porém, o processo de loteamento estava muito confuso, já se tendo o subempreiteiro transferido, tal como o dono da obra. Tinham sido instauradas providências cautelares, movidas ações judiciais todavia, o certo era que o loteamento, os espaços comuns nunca tinham sido

recebidos pela Câmara Municipal por não apresentarem condições. Apesar daquela situação, o empreiteiro tinha resolvido construir as habitações porém, tinha-se esquecido que estas tinham que ser ligadas a um espaço que não tinha sido recebido pela Câmara Municipal, querendo, assim mesmo, que as licenças de utilização fossem passadas mesmo não havendo garantias, o que, obviamente, a Câmara não tinha feito dada a falta de garantias de que alguém que comprasse uma daquelas habitações, conseguia ligar a água, tinha saneamento e outros, pelo que, nem provisoriamente estavam recebidas. Por aquela razão, o empreiteiro que, segundo ele, tinha deixado de vender as habitações por culpa da Câmara, tinha considerado que esta tinha que o indemnizar, tendo movido uma ação judicial. \_\_\_\_\_

----Concluiu dizendo que aquelas eram as duas situações que compunham as reservas indicadas na conta e que sendo ações judiciais, obviamente, tinham que ir a uma conta de provisões. \_\_\_\_\_

----O ROC, Dr. José Martins Correia explicou que naquelas reservas estava quantificado o efeito no sentido futuro em que fossem, de facto, definidas e se o Município iria ou não ter responsabilidade sobre elas. Assim, com base nas informações que tinham recolhido junto dos juristas da Câmara, não tinha sido possível quantificar se eventualmente haveria ou não responsabilidade, porque no caso de existir, naturalmente que a verba iria integrar os resultados do ano em que a questão tivesse ocorrido. Portanto, tanto num caso como noutro, tratavam-se de eventuais responsabilidades não quantificadas. \_

----O Presidente da Câmara concluiu dizendo que aquela questão estava em primeira Instância não existindo quaisquer decisões e, relativamente à questão da TaviraVerde que tinha estado em primeira Instância no Tribunal Administrativo de Loulé, que não se tinha pronunciado, o processo tinha que ser julgado pelo Tribunal Arbitral. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia indagou se alguém se pretendia pronunciar sobre aquele ponto e passou a palavra ao Membro Alberto Carmo. \_\_\_\_\_

----O Membro Alberto Carmo referiu que apenas queria dar uma nota que considerava importante. Na sua opinião, pensava ser de louvar a transparência e a forma fácil de ler o relatório em apreciação, pois qualquer pessoa conseguia perceber aquelas conclusões de forma simples, o que não era habitual acontecer anteriormente e, gostaria de ver aquela tão grande transparência noutras Câmaras. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação que foi aprovada por maioria de vinte e três votos a favor, um voto contra e duas abstenções. \_\_\_\_\_

----Para cumprimento da Ordem de Trabalhos passou ao ponto número oito sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 51/2013/CM, referente à 1ª. Revisão ao Orçamento e às GOP de 2013. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara explicou que o relatório do ano de dois mil e doze que os membros tinham acabado de aprovar e que já tinha sido aprovado em sessão de Câmara, tendo o resultado de gerência

sido positivo no valor de três milhões, noventa e dois mil, duzentos e setenta e quatro euros e quarenta e oito cêntimos, de acordo com a Lei do Orçamento do Estado, era possível incorporá-lo em resultados transitados. Assim, o resultado transitado era um resultado positivo que podia ser adicionado ao Orçamento do ano seguinte. Era pois o que propunham com um acréscimo de duzentos e cinquenta mil euros que tinham resultado da negociação para a minimização do custos associados ao desgaste da estrada de Cachopo, pelo que pretendiam adicionar aquele valor ao Orçamento de trinta milhões e quinhentos mil euros que estava aprovado porque, no momento atual, tinham mais receitas que despesas sendo que o principio da despesa e da receita fazia com que, forçosamente, tivessem que alterar o Orçamento aumentando a dotação da despesa por se verificar mais receita do que despesa não estando, por isso, o Orçamento equilibrado. \_\_\_\_\_

----Assim, a proposta que apresentavam consistia no aumento do valor resultante da boa gestão que não podia ser de outra forma, pelo que, dos dois milhões e setecentos mil euros, novecentos mil euros integravam as despesas correntes e um milhão e oitocentos mil euros seriam para reforço da rubrica de capital. Relativamente ao valor das despesas correntes serviria para efetuar uns acertos na energia elétrica, pois como os membros sabiam, apesar de ter sido considerado que devido à concorrência os preços iriam baixar, o certo era que tinham aumentado sendo, por isso, necessário reforçar aquela componente. A segunda questão resultava da recente decisão do Tribunal de Contas relativamente ao pagamento dos subsídios de férias que, obviamente, não estavam contabilizados, tendo que ser efetuado o reforço daquela rubrica. Do milhão e oitocentos mil euros restantes, quinhentos mil euros destinavam-se à dotação de uma despesa que considerava importante que, como os membros sabiam pois já ali tinha informado, tinham apresentado ao Programa Operacional Regional candidatura para a recuperação do cineteatro António Pinheiro, estando a aguardar validação da mesma que tinha o valor de quatro milhões e quatrocentos mil euros estando os projetos de urbanismo e especialidades a serem elaborados, pelo que, estavam a averiguar a possibilidade da obra se iniciar no principio do ano seguinte, razão pela qual tinham aberto uma rubrica com a dotação de quinhentos mil euros para poderem reforçar caso a candidatura fosse aprovada. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação que foi aprovada com vinte e três votos a favor e três abstenções. \_\_\_\_\_

----O ponto número nove respeitava à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 52/2013/CM, referente à Alteração ao Plano de Liquidação e Pagamentos em atraso. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara disse que se tratava de uma questão muito simples que eram forçados a alterar porque tinham apresentado de dívida elegível ao PAEL de cerca de um milhão e novecentos mil euros, dos quais apenas um milhão, duzentos e sessenta mil euros eram referentes a dívidas de curto

prazo. Tratando-se de um empréstimo a sete anos com uma taxa de juro de três por cento, as condições eram excelentes, pelo que, tinham incluído uma dívida de capital social da Sociedade Polis visto terem subscrito uma parte do seu capital social no valor de dois milhões e cinquenta mil euros dos quais apenas tinham realizado quatrocentos e cinco mil euros. Assim, tinham um milhão, seiscentos e vinte mil euros para liquidar, tendo ele referido no Conselho de Administração daquela Sociedade que apenas o fariam quando as obras do plano estratégico avançassem. O que tinham feito, tinha sido utilizar cerca de setecentos mil euros daquele valor, que correspondia a uma prestação e meia da Sociedade Polis, para complementar o valor solicitado ao PAEL. \_\_\_\_\_

----Tinha assinado o contrato no dia dezasseis de novembro passado, no valor de um milhão, setecentos e seis mil euros, que estavam devidamente validado e aprovado pela Direção Geral do Orçamento. Todavia, tinham tido que enviar o mesmo para aprovação do Tribunal de Contas que, praticamente os tinha convidado a retirar a verba das dotações do capital social, pelo que, não iriam receber aquela verba obrigando à elaboração de um novo plano de pagamentos, porque aquela verba iria ser liquidada de uma outra forma, obviamente diluída ao longo dos meses. \_\_\_\_\_

----Concluiu dizendo que, o que ali apresentavam era um novo plano de liquidação que contemplava a amortização da verba referida, que teriam que liquidar e cujo plano tinha sido aprovado por unanimidade em sessão de Câmara. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia indagou se havia alguma questão que, não se verificando, colocou a proposta a votação que foi aprovada por maioria de vinte e quatro votos a favor e duas abstenções. \_\_\_\_

----Passou ao décimo ponto da Ordem do Dia sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 54/2013/CM, referente ao Júri para o procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais – 355-Div/13. \_\_\_\_\_

----O Membro José Alberto Correia questionou se não seria possível votarem todos os pontos seguintes em conjunto já que se tratavam de propostas relativas aos júris para procedimentos concursais. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia verificando que ninguém se opunha, referiu que iriam votar os pontos número dez, onze, doze, treze e catorze, em conjunto. \_\_\_\_\_

----O ponto número dez referia-se à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 54/2013/CM, referente ao Júri para o procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais – 355-Div/13; o ponto número onze, à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 55/2013/CM, referente ao Júri para o procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de Divisão de Aprovisionamento, Trânsito e Equipamentos – 346-Div/13; o ponto número doze, à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 56/2013/CM, referente ao Júri para o procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de

Divisão de Assuntos Sociais – 351-Div/13; o ponto número treze, à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 61/2013/CM, referente ao Júri para o procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de Divisão Administrativa – 349-Div/13; e o ponto número catorze, à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 62/2013/CM, referente ao Júri para o procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de Divisão de Ambiente, desporto e Equipamentos Desportivos – 350-Div/13. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara referiu que se tratavam de concursos obrigatórios já que tinham um conjunto de dirigentes que se encontravam em gestão corrente e, de acordo com a legislação, tinham que abrir os concursos. Tratavam-se pois de cinco concursos para os quais tinham solicitado a várias Câmaras e à Universidade do Algarve que integrassem o júri de modo a poderem abrir os procedimentos para os dirigentes. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia questionou sobre se havia alguma questão relativa aos concursos que, não se verificando, colocou as cinco propostas a votação em simultâneo. As propostas foram todas aprovadas por unanimidade. \_\_\_\_\_

----Passou à leitura e votação das minutas que foram aprovadas por unanimidade. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia referiu que ia passar a palavra ao público a quem pedia que caso pretendesse intervir sobre qualquer assunto que não tivesse feito parte da Ordem do Dia, que fizesse o favor de se inscrever e se identificasse quando usasse da palavra. \_\_\_\_\_

----O Município Paulo Pinto solicitou a palavra para referir que se dirigia àquela Assembleia Municipal em nome dos pescadores de Cabanas, que apenas alguns o acompanhavam por outros não terem podido comparecer. O que pretendiam era dar conta de que não dispunham de condições de trabalho, como o Presidente da Junta de Freguesia, que ali estava presente, sabia. Tinham já sido realizadas algumas reuniões com a Câmara Municipal e, três anos passados, pois supunha que a primeira reunião tinha acontecido na Junta de Freguesia, imediatamente a seguir à tomada de posse do atual Executivo, em nada tinham resultado porque nada tinha sido feito. O que pretendiam era apenas terem condições de trabalho pois o que se verificava era que tinham recebido uma notificação do IPTM – Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P., impedindo-os de colocarem as redes sobre o passadiço. Como era do conhecimento do Presidente da Câmara, eles não tinham o mínimo das condições de trabalho de que necessitavam, pelo que, solicitavam ao Presidente da Câmara uma tomada de decisão que os pudesse auxiliar naquele aspeto, ou seja, que os deixassem colocar uma caixa no passadiço, por embarcação, para a colocação das redes. \_\_\_\_\_

----Como o Presidente da Junta de Freguesia já tinha conhecimento, necessitavam do paredão para atracar os barcos, para desempatar e passar as redes porque apenas assim podiam trabalhar.

Relativamente à questão da barra, como já várias vezes tinham alertado, com meia maré, os barcos não conseguiam chegar a Cabanas tendo que ficar uma, duas ou três horas à espera que a maré vazasse e voltasse a encher. Estavam constantemente a solicitar ao Presidente da Junta de Freguesia, Carlos Baptista, para que os ajudasse a resolver aquele problema ao que referia que sozinho não podia resolvê-lo, necessitando da intervenção da Câmara Municipal, do IPTM e outras Entidades. \_\_\_\_\_

---Terminou solicitando ao Presidente da Câmara que se referisse às questões que tinha colocado. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara disse que a única resposta que podia dar era que nos dias seguintes iriam realizar uma reunião, em Cabanas, com as Entidades envolvidas, até porque, naquele mesmo dia, tinha recebido um ofício do Presidente da Junta de Freguesia que, entre outros assuntos, se referia aos abrigos, pelo que considerava que deviam ter uma conversa sobre a questão. \_\_\_\_\_

----Relativamente ao mencionado pelo Município Paulo Pinto, disse que tinha mesmo que ser realizada uma reunião para, juntamente com o IPTM e a Polícia Marítima, ser encontrada uma solução, pois considerava que o Comandante do Porto deveria de estar presente para não estarem a combinar soluções sem o seu conhecimento que, naturalmente vestido de autoridade poderia ter entendimento diferente, multando inclusivamente, em algumas situações. Assim, ele próprio iria convidar todos os intervenientes a estarem presentes na reunião que, naturalmente, seria marcada em função dos horários de trabalho, certamente durante a tarde, para analisarem a situação do assoreamento do canal, cujo assunto era muitíssimo antigo e, tendo-se ele já referido por inúmeras vezes àquela questão, estava convencido que apenas seria tida em conta quando os barcos vindos da faina, encalhassem e fosse chamada a televisão onde ele próprio estaria para reforçar o que há dois anos vinha a dizer, pois para além do que tinha visto, já por lá tinha passado no próprio barco da Polícia Marítima onde tinham conversado sobre o desassoreamento do canal. \_\_\_\_\_

---Considerava os pescadores de Cabanas verdadeiros heróis por navegarem naquele local, porque não era fácil. Relativamente à entrada da barra a situação era idêntica e, estava ali presente o Membro Jaime Costa que noutras funções, conhecia bem a situação, estando aquele assunto reportado para Lisboa e identificada a necessidade do molho nascente ser intervencionado, bem como, todos os canais serem assoreados. Há alguns dias atrás tinha-se deslocado a Lisboa para ser testemunha da assinatura de um contrato no valor de vinte e dois milhões e quinhentos mil euros para executar cinco projetos na Ria Formosa, no âmbito do plano de ação da Sociedade Polis, sendo que das cinco intervenções prioritárias, duas eram para Tavira, com o financiamento da reabilitação das Quatro Águas cujo valor era de cerca de três milhões de euros, mas mais importante, eram os cerca de sete milhões imputados aos concursos abertos para a limpeza dos canais desde a Fuzeta até Cabanas. \_\_\_\_\_

----Assim, a questão residia no facto de quando seriam abertos os concursos, considerando que tal só

aconteceria quando todas as embarcações encalhassem, que supunha ser o que iria acontecer. Quem tinha que abrir os concursos era Lisboa e, no caso dos canais, era a Ria Formosa, a Sociedade Polis, cujo Presidente se tinha demitido há pouco tempo, sendo que a falta de verba não justificava tudo porque não se podia dizer que seria por falta de verba, que no caso até existia e estava convencionada, parecendo antes que seria por falta de vontade de resolver aquela questão. \_\_\_\_\_

----Para terminar mencionou que apenas podia dizer que, primeiramente iriam reunir, mas havia questões que não eram obras da Câmara e tendo ele pressionado várias vezes para que se fizessem, nada mais podia acrescentar, considerando que os municípios tinham toda a razão. \_\_\_\_\_

----O Município Paulo Pinto questionou sobre os apoios de pesca. \_\_\_\_\_

----Relativamente àquele assunto, o Presidente da Câmara, reforçou que tinha recebido, naquele mesmo dia, ofício do Presidente da Junta de Freguesia, tendo solicitado ao Vereador para marcar uma reunião sobre a questão. Era certo que se tratava de um assunto que já decorria há algum tempo para adotarem uma solução, contudo pensava ser necessária uma conversação entre todos e proceder a uma distribuição com bom sendo. Relativamente à questão do pagamento da eletricidade dos apoios de pesca, seria questão a abordar, nos dias seguintes, numa reunião a realizar em Cabanas. \_\_\_\_\_

----O Município Paulo Pinto referiu que alguns dos detentores dos apoios de pesca, cerca de cinquenta por cento, não possuíam embarcações estando os apoios a servir para guardar plaqué e outros. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara concordou que aquele era o verdadeiramente o cerne da questão. \_\_\_\_\_

----O Município Paulo Pinto disse ainda que em Cabanas se dizia que a Câmara não tirava os apoios de pesca a quem não tinha barcos por uma questão política, uma questão de amizade, porque existiam casos em que os detentores dos apoios de pesca já não possuíam barcos há cinco ou seis anos e continuavam com os apoios de pesca. \_\_\_\_\_

----O Município Carlos Chagas mencionou que pagavam o cais para atracarem os barcos e que as condições eram cada vez menores. Compreendiam que não havia dinheiro para obras, todavia perante as condições que tinham, considerava que deviam de ser facilitadas. \_\_\_\_\_

----Em Tavira estava tudo desordenado, onde estavam as caixas dos barcos, atracavam os barcos de recreio não podendo os barcos de pesca encostar o que originava problemas com os donos dos barcos de recreio, que considerava terem razão pois um barco grande encostado a um barco pequeno poderia causar avarias. Porém, os barcos de recreio poderiam encostar numa zona diferente de onde estavam as caixas, deixando aquela zona de pesca para que os pescadores pudessem tirar as redes dos barcos de pesca, sendo que aquela devia ser uma zona apenas para barcos de trabalho, profissionais. Perguntava como, nas atuais condições, seria possível tirar ou por as artes de um barco de pesca com os barcos de recreio, muitas vezes quatro ou cinco, encostados uns aos outros. \_\_\_\_\_



----Em Cabanas, verificando-se a impossibilidade de construir o paredão por não existir disponibilidade financeira, o que todos compreendiam, pediam que, pelo menos com o que tinham, fossem criadas as condições mínimas, com a possibilidade de colocação de uma caixa ao lado de cada barco, cuja distância entre elas seria de entre quinze a vinte metros, pelo que, certamente ninguém tropeçaria nelas. Opunha-se à colocação das redes em cima do passadiço, mas uma caixa por barco, sendo que cada caixa daquelas poderia suportar um peso entre os cento e cinquenta a duzentos quilos de redes e estando desviadas em cerca de quinze metros, pensava que não causariam qualquer problema. \_\_\_\_\_

----Terminou dizendo que presentemente, todos tinham acesso a tudo sendo constantemente roubados, o que também consistia numa queixa que apresentavam. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara referiu que aquela conversa iria ser transposta quando reunissem em Cabanas com todos e com o Presidente da Junta. \_\_\_\_\_

----Se fosse ele que mandasse e, naquele particular não era, o Porto de Pesca estaria em construção e uma parte do problema não estaria resolvido mas, pelo menos, haveria uma perspectiva. Infelizmente parecia que o Porto de Pesca que estava para ser adjudicado e cujo concurso não tinha sido anulado ou, pelo menos, sabiam que tinha havido uma empresa que tinha ganho, parecia que algures, em Lisboa, tinha ficado esquecido, talvez a aguardar a conclusão das eleições autárquicas para ser retomado. \_\_\_\_\_

----Relativamente a Cabanas e aos abrigos de pesca iriam tentar resolver com bom senso, como tinha sido feito em Santa Luzia e com o envolvimento do Presidente da Junta de Freguesia, do Comandante do Porto e um representante do IPTM, pelo que, esperava que conseguissem resolver. Quanto à questão dos amigos e da política, costuma dizer que a política estava na cabeça de cada um, ou seja, cada um fazia política conforme pretendia. Naquele momento a sua política era a de tentar ajudar a resolver os assuntos, e se depois de se deslocarem a Cabanas conseguissem regressar com a questão tratada, seria ótimo e considerava que não havia melhor política que aquela. Todavia, a ideia era sempre a mesma, de que os apoios de pesca eram para os pescadores, sendo para eles que eram construídos, porém já estava naquelas funções à tempo suficiente para perceber que havendo necessidade de tomar uma decisão, não se tomava porque não se pretendia ficar mal. Considerava que aquela atitude não se relacionava com política mas com falta de decisão e, era por aquela razão que pretendia que todos conversassem para verificarem quem tinha que decidir sobre o quê e se estavam todos de acordo porque, por vezes, mesmo quando se decidia não se agradava a todos. \_\_\_\_\_

----O Membro Carlos Baptista referiu que aquela questão já decorria há três anos. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara disse que não pretendia escusar-se a uma decisão e, tendo os munícipes razão, tendo o Presidente da Junta de Freguesia razão e já por várias vezes abordado a questão, considerava que se tratava de um assunto que tinha que ser resolvido. Assim, deslocar-se-iam a Cabanas

para uma reunião que veriam no que resultava, considerando justo referir que não seria por falta de informação por parte do Presidente da Junta de Freguesia, Carlos Baptista, nem do envolvimento do Vereador José Manuel Guerreiro que o assunto não tinha sido resolvido. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia passou a palavra ao Membro Carlos Baptista. \_\_\_\_\_

----O Membro Carlos Baptista referiu que, como todos sabiam, estavam ali presentes cidadãos pescadores da sua terra que se tinham deslocado a fim de ali apresentarem uma reivindicação que considerava muito legítima. \_\_\_\_\_

----Se ali se tinham deslocado, provavelmente com algum embaraço por não estarem habituados àqueles meios, tinham-no feito por verificarem que já não tinham a quem recorrer. Solicitavam-lhe, e ele dava seguimento às solicitações que lhe faziam para que aquele assunto fosse tratado. Tinha remetido dois ofícios à Câmara Municipal, tendo o primeiro sido no dia três de novembro do ano de dois mil e nove e o segundo, rigorosamente um ano depois. Os ofícios solicitavam uma reunião com o objetivo de abordar diversos assuntos, nomeadamente o da atividade das pescas. Não tinha recebido qualquer resposta, sendo que naquela Assembleia Municipal, numa sessão em que não tinha estado presente, mas porque sempre tinham tido o cuidado de ter algum representante, tinha estado uma colega sua do Executivo da Junta de Freguesia, que ao abordar a questão das reuniões solicitadas a que o IPTM não tinha dado resposta, e não querendo alongar-se muito sobre aquele assunto por não gostar de se referir a quem não estava presente, considerava que não tinha sido de bom tom a resposta que lhe tinha sido dada, que consistia no facto de o IPTM não ter respondido ao ofício porque não convocava reuniões por propaganda política. \_\_\_\_\_

----Continuou referindo que pensava ter sido uma resposta infeliz que significava falta de consideração por quem exercia uma atividade, que não sendo a atividade principal de Cabanas, era ainda uma atividade com algum peso e merecia respeito. Portanto, aquela questão que ali colocavam relacionava-se com a falta de condições para desembarcar as artes de pesca. \_\_\_\_\_

----Não querendo ser ingratos ao não reconhecerem que os últimos anos tinham sido os melhores em termos de condições para os pescadores, nomeadamente, com a criação de um cais de encostagem com apoios de pesca onde colocar os respetivos apetrechos, ficavam indignados com o facto de considerarem que o mais difícil tinha sido executado sendo que o que seria mais fácil, a criação de um lugar para colocar e limpar as artes de pesca, não só não era efetuado como, apesar das solicitações para que a questão fosse analisada, para a procura de alternativas, ninguém se deslocava a averiguar a situação. Também ficavam indignados por, tinham tido que colocar as caixas no que chamavam de passadiço, a plataforma flutuante de encostagem, mas tinha-lhes sido mandado retirar apenas por não as queriam naquele local. Obviamente que tinham que ficar indignados com aquela situação tendo

aproveitado para reportá-la naquela Assembleia Municipal, tal como outras que se arrastavam há demasiado tempo, nomeadamente a questão dos apoios de pesca, que já se arrastava desde o final do mandato anterior. \_\_\_\_\_

----Considerava que a regulamentação não servia de desculpa para que terminasse aquela questão que consideravam imoral pois não podiam aceitar que quem não possuía barco há cinco anos, continuasse a usufruir de um apoio de pesca, o que tinha tido o cuidado de realçar no último ofício que tinha enviado ao Presidente da Câmara Municipal e, relativamente aos custos de energia elétrica que rondavam os trezentos euros por mês, com uma pequena coleta junto aos pescadores, num valor de cinco euros, provavelmente conseguiriam tornar sustentável a situação. No ofício referia ainda, que a situação estava a atingir um ponto de rotura e que, a qualquer momento os pescadores poderiam ficar sem energia elétrica, num espaço que era fundamental para a sua atividade, pelo que, se cada pescador contribuísse com cinco euros, porque não poderia pedir aos que ocupavam os apoios de pesca mas não tinham barco, pois estavam ilegais e, se o fizesse, estaria a legitimar essa ilegalidade estando a contribuir para aquela situação difícil. \_\_\_\_\_

----Como sabiam, já por inúmeras vezes tinha solicitado a resolução da situação, tendo inclusivamente, apresentado uma proposta que, se dependesse apenas da Junta da Freguesia ou se fosse uma Autoridade, já estaria resolvida, mas sendo uma Entidade nada mais podia fazer. O que propunham era a elaboração de um novo contrato com os proprietários das embarcações sendo que quem tivesse um apoio de pesca sem possuir uma embarcação teria que deixá-lo. Era pois, uma solução bastante fácil, mas pensava, e que lhe perdoassem a expressão que talvez pudesse ser algo pesada, tinha-se verificado algum desleixo. \_\_\_\_\_

----O Membro Carlos Baptista referiu ainda que aproveitava para reforçar o que tinha sido dito, que parecia haver alguma proteção e que a questão não era tratada devido a amigos ou conhecidos. Não era ele que o dizia mas também não era ele que o desmentia porque, efetivamente, não via justificação para ter passado um mandato e a situação se ter mantido. \_\_\_\_\_

----Quanto ao desassoreamento do canal e da barra poderia pensar-se que não estavam relacionados, mas o certo era que a barra tinha assoreado devido à crise da construção civil por, efetivamente ter deixado de sair areia da barra para terra. Na sua opinião não era o melhor sistema o de tirar a areia, ou pelo menos, toda aquela quantidade porque a areia tinha saído do ecossistema, todavia bem ou mal a barra tinha condições de navegabilidade. Fazia votos de que não fosse necessário registar-se um naufrágio com vítimas mortais para que fossem tomadas medidas, porque estando a barra nas atuais condições e, se tal se verificasse há alguns anos atrás, quando não existia tanta informação meteorológica, muito provavelmente já teria ocorrido algum acidente, contudo, presentemente, era

possível com a antecedência de um ou dois dias, saber que tempo iria fazer e, devido a uma maior informação destinada ao setor das pescas, que nos últimos anos tinha ficado algo esquecido, as pessoas podiam acautelar-se. \_\_\_\_\_

----Para terminar referiu que quando havia dificuldades, existia o dilema de que sendo preciso um grande investimento, ter-se-ia que compreender a necessidade de se fazer alguma contenção, mas existiam questões que poderiam facilitar a atividade profissional de quem lidava com o mar que se poderiam resolver sem ser necessário um grande investimento, o que, obviamente não podia ser aceite.

----Relativamente ao que tinha sido dito, o Presidente da Câmara referiu que nunca se tinha habituado a deixar algumas coisas sem resposta, pelo que, afirmava que uma situação era a questão ter ficado algo esquecida, que lhe parecia ser a palavra apropriada, mas recusava terminantemente que tivesse havido desleixo. Aquela era uma palavra demasiado adjetivada para o que verdadeiramente tinha acontecido naquele caso porque, com o devido respeito pelo Presidente de Junta de Freguesia Carlos Baptista, também ele tinha alguma responsabilidade naquela matéria. Existiam dois campos e ele não referia que o Presidente de Junta tinha sido desleixado porque se a situação tinha chegado àquele ponto também ele estava envolvido assim, ficavam apenas pela parte de que tinha ficado algo esquecido e talvez fossem mais objetivos e mais justos para cada quem. Não era apenas por estarem presentes os pescadores de Cabanas que se utilizava o termo desleixo e nada mais era dito, ficando eles convencidos de tal, o que não tinha acontecido. \_\_\_\_\_

----Parecia-lhe importante acrescentar que mantinha que a política estava na cabeça de cada um, exercendo-a como bem entendiam, todavia naquele processo não existiam amigos e seria melhor ficarem apenas assim, porque quando chegassem a Cabanas para resolver a questão, teria oportunidade de verificar quem era amigo de quem, porque essa questão via-se no terreno, tirando-se depois as devidas conclusões e resoluções. Assim, a questão dos amigos parecia-lhe mal. Era um facto que os apoios de pesca eram para os pescadores, cujo pressuposto não se deviam desviar se pretendessem resolver a questão de uma forma justa e equitativa. Se aquela posição causava desgaste aos decisores, principalmente relativamente aos casos em que tinham que ser retirados, ali estariam para o assumir e veriam quem assumia melhor. \_\_\_\_\_

----Para terminar referiu que a presença dos pescadores naquela Assembleia tinha sido boa, tendo permitido que cada um assumisse a sua quota parte de responsabilidade porque sendo ele o líder do Executivo e não gostando de se espaldar nos Vereadores mesmo quando não tratava diretamente das questões, assumia-as, pelo que, não aceitava o termo desleixado. Que aquela questão já vinha do anterior Executivo, de facto assim era, que o Presidente da Junta de Freguesia já tinha alertado várias vezes, tinha, que tinham considerado aquele assunto como a prioridade das prioridades, não tinham, se

iriam a tempo, pensava que sim. Assim, considerava benéfica a presença dos pescadores a quem agradecia e refutava o desleixo que nunca tinha sido o seu estilo porque, na sua vida, nunca tinha tratado nada com desleixo. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia perguntou se alguém do público queria usar da palavra sobre qualquer assunto que, não se verificando, agradeceu e deu por encerrada a sessão pelas vinte e três horas e vinte minutos, da qual, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada. \_\_\_\_\_

A MESA DA ASSEMBLEIA,

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_